
DIREITOS HUMANOS

E REDES SOCIAIS*

DENIZE DAUDT BANDEIRA***

Resumo: a partir da experiência da Fan Page, do Programa de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PDH/PUC GO), no Facebook o presente artigo propõe um debate acerca do uso das redes sociais como instrumento de conscientização para as diversas temáticas que permeiam os direitos humanos sob a perspectiva do multiculturalismo.

Palavras-chave: Internet. Redes Sociais. Facebook. Direitos Humanos. Comunicação.

Por seu carácter filantrópico, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) tem, na extensão universitária, um de seus principais compromissos sociais, proporcionar um espaço de debate e reflexão permanente acerca dos temas que permeiam a sociedade.

A PUC Goiás mantém um variado leque de programas de extensão, tais como: Programa de Estudos e Extensão Afro Brasileiro (Proafro), voltado às questões raciais; Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), que tem como propósito a inclusão da população idosa; Programa em Nome da Vida (PNV), que trabalha a prevenção ao uso e dependência de drogas e Programa de Direitos Humanos (PDH), que tem como objetivo a promoção da cultura da paz e a dignidade humana, todos interligados por meio da Coordenação de Extensão da PUC Goiás (CDEX) e através de uma perspectiva transdisciplinar, à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX).

Ao possibilitar a convivência entre alunos de diferentes cursos e com professores das várias áreas do conhecimento - trazendo em sua essência a promoção da tolerância e aceitação

* Recebido em: 07.11.2014. Aprovado em: 17.11.2014.

** Mestre em Mídia e Cidadania pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Programa de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PDH). Professora da disciplina de Rádiojornalismo do Departamento de Comunicação Social da PUC Goiás. E-mail: denizedaudt@gmail.com.

às diferenças, fundamentais no entendimento dos diversos contextos sociais e no avanço a uma reflexão crítica acerca dos direitos humanos -, a extensão universitária, desenvolvida pela PUC Goiás, cumpre um importante papel, possibilitar ao seu acadêmico a visão humanística necessária ao pensamento crítico que, além de complementar o crescimento profissional e intelectual, também se faz fundamental à sua formação como cidadão em toda a sua plenitude.

COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Uma formação humanística voltada à reflexão de temas que permeiam o campo social necessariamente passa pelo debate acerca da comunicação e sua influência na cultura, o que acaba tendo uma relação direta com os direitos humanos. Ao descrever a história dos processos comunicacionais, Perles (2007, p. 2) diz que cultura e comunicação “são conceitos suplementares”. Segundo ele,

o processo de comunicação poderia ser considerado como fundamento da vida social [...] Ninguém pode negar, entretanto, que a comunicação [...] é condição basilar dessa sociabilidade, que pressupõe um intercâmbio entre os homens a fim de que seja possível a transmissão, de um para o outro, de experiências, conhecimentos e apelos. Lembra que, para que a comunicação humana alcançasse o estágio atual, tanto em volume e formatos, quanto em velocidade, foram necessárias diversas transformações fisiológicas e processos tecnológicos revolucionários (PERLES, 2007, p. 3-5).

O caso da Revolução Industrial, no século XVIII, é ilustrativo. Não só promoveu alterações radicais, no que diz respeito aos meios de comunicação, que passaram a assumir papel fundamental na divulgação de temas que permeiam o campo social em todas as suas esferas, mas também possibilitou, através de uma nova concepção comunicacional, consolidar outra maneira do indivíduo conceber o mundo e se relacionar com ele.

Como lembra Thompson (1998, p. 38), “[...] a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas, foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos sociais imediatos”.

Lima (2001) alerta que a comunicação, que já teria significado o objeto tornado comum os meios físicos de transporte, hoje, encontra-se representada pelos meios tecnológicos de transmissão, como impressos, rádio, televisão e Internet.

O processo comunicacional, principalmente o midiático, assume também um importante papel na configuração da identidade do indivíduo. Ao abordar o tema, Hall (2005, p. 13) ressalta que, “[...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. A comunicação teria então um papel fundamental na reconfiguração do processo de identidade, principalmente a midiática, já que é responsável pelas mudanças ocorridas na relação do homem com o mundo.

Tomando aqui o pensamento de Hall (2005, p. 68), pode-se afirmar que “[...] essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”. Como lembra Santos (2001, p. 41) o processo midiático “(...) se dá com a intermediação de objetos”, que impossibilitam uma visão real dos acontecimentos

sociais, por ele definida como violência da informação, uma vez que, não pode se esquecer dos interesses mercadológicos que permeiam o uso dos meios de comunicação e que tendem a obstruir a visão acerca do multiculturalismo social e seus reflexos nas questões que dizem respeito à vida em sociedade. “Numa sociedade complexa como a nossa, somente vamos saber o que houve na rua ao lado dois dias depois, mediante uma interpretação marcada pelos humores, visões, preconceitos e interesses das agências” (SANTOS, 2001, p. 40).

Para Santos, isso perpassa a necessidade de um debate acerca dos direitos humanos precedido de um largo questionamento fundamentado nos conceitos da globalização e do multiculturalismo. Como lembra o autor, a globalização é colocada como “[...] o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 2003, p. 433). Por isso, ele defende a necessidade de se pensar os direitos humanos também a partir da localidade: “de fato, vivemos tanto em um mundo de localização quanto em um mundo de globalização. [...] Cosmopolismo e patrimônio comum da humanidade são a globalização de baixo para cima, solidária ou contra hegemônica” (SANTOS, 2003, p. 434).

Atualmente, destaca, há um consenso em torno do que se convencionou como quatro regimes internacionais de aplicação dos direitos humanos: o europeu, o interamericano, o africano e o asiático. “Mas serão os direitos humanos universais como artefato cultural, um tipo de invariante cultural ou transcultural, parte de uma cultura global?” (SANTOS, 2003, p. 438-439), questiona Santos. O próprio autor vai propor algumas premissas. Segundo ele, a transformação cosmopolita dos direitos humanos deve levar em conta a diversidade cultural e sua incompletude, principalmente em relação à concepção da dignidade humana, sendo capaz de conduzir o olhar sobre os direitos humanos em uma nova perspectiva, sem uma imposição de valores universais.

Sob esse aspecto, ao citar a importância do que considera o reconhecimento da sua situação social como ponto estratégico no avanço dos direitos humanos, que não podem nem devem ser entendidos como possíveis de serem globais Santos ressalta sua relação intrínseca com os processos comunicacionais.

Na área dos direitos humanos e da dignidade humana, a mobilização pessoal e social para as possibilidades e exigências emancipatórias que eles contêm só será concretizável na medida em que tais possibilidades e exigências forem apropriadas e absorvidas pelo contexto cultural local (SANTOS, 2003, p. 443-444).

Logo, a partir dessa concepção, pode-se sustentar que a afirmação do debate acerca de grande parte das questões relacionadas aos direitos humanos será diretamente proporcional à garantia de processos comunicacionais e informacionais democráticos, possíveis por meio de comunidades em rede, que vão proporcionar a visibilidade das temáticas de direitos humanos em suas várias dimensões culturais, fundamentais à emancipação social e à promoção da dignidade humana.

A luta pelos direitos humanos e, em geral, pela defesa e promoção da dignidade humana, não é um mero exercício intelectual, é uma prática, que é fruto de uma entrega moral, afetiva e emocional baseada na incondicionalidade do inconformismo e da exigência de

ação. Tal entrega só é possível a partir de uma identificação profunda com postulados culturais inscritos na personalidade e nas formas básicas de socialização (SANTOS, 2003, p. 444).

O debate acerca dos direitos humanos proposto por Santos (2003) extrapola a ideia de direitos universais, próprios dos ideais do Iluminismo e das revoluções burguesas. Na sua abordagem, ganham destaque os aspectos culturais que permeiam a localidade, em contraposição a uma visão globalizada das problemáticas sociais, que tendem a ser garantidos através dos processos comunicacionais.

Daí a ideia de apropriação dos espaços midiáticos disponíveis e, nesse caso, a internet ainda é um mar de possibilidades a ser explorado, que possam favorecer uma abordagem mais ampla acerca dos conteúdos relacionados aos direitos humanos.

Diante disso, duas perguntas se impõem: seria a Internet, com as suas infinitas possibilidades, o caminho para a consolidação de uma nova perspectiva de direitos humanos? A rede mundial de computadores pode ser uma ferramenta possível ao combate à visão reducionista das questões culturais que envolvem os direitos humanos? Não há dúvida de que a internet tem o potencial para ser esse palco possível da mediação democrática.

Os resultados alcançados pela *Fan page* do PDH no *Facebook*, como se verá adiante, tem demonstrado essa possibilidade. A opção do PDH pelas redes sociais, em especial, o *Facebook*, pelo caráter democrático de sua abrangência e pluralidade de audiências, parte da proposta de ocupação dos novos espaços de comunicação disponíveis na internet para a promoção dos direitos humanos. Como atesta Lima (2006, p. 8), “a condição básica para a realização dos direitos políticos da cidadania no mundo contemporâneo é a existência de uma mídia democratizada”.

Mas nada disso será possível sem um debate consciente sobre o impacto dessa mediação, na compreensão do que vem a ser direitos humanos.

Quando os interesses que motivam a agregação dos indivíduos nestas comunidades as relacionam à questões sociais, de saúde pública, distribuição de renda, ou à preservação ambiental, entendemos que se caracteriza a contribuição das comunidades virtuais para uma evolução à Sociedade do Conhecimento (SZABÓ, 2010, p. 84).

No caso do PDH, tem se provado fundamental uma estratégia de comunicação, que, além de levar em conta os aspectos próprios das redes sociais, abarque os conceitos nos quais o PDH tem se amparado para promover o debate acerca da dignidade humana em suas mais variadas esferas sociais.

Programa de Direitos Humanos da PUC Goiás

Fundado por iniciativa do Centro Acadêmico Clóvis Bevilacqua, em 1982, O PDH/PUC Goiás está vinculado à CDEX, que é subordinada à PROEX, desenvolvia, desde o início de seus trabalhos, quando ainda era campo de estágio do Departamento de Ciências Jurídicas e do Departamento de Serviço Social, a promoção dos direitos humanos. Atualmente integra a Escola de Direito e Relações Internacionais, tem como mote a transdisciplinaridade em seus projetos e assume uma perspectiva de educação em direitos humanos como instrumento para

a universalização da dignidade humana, com base nas necessárias transformações sociais por que passa o Brasil e o mundo. O debate está amparado em marcos regulatório expressos em documentos nacionais e internacionais, dos quais o Brasil é signatário, além das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos de 2012.

Para tanto, o PDH tem desenvolvido uma série de atividades, por meio do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Educação em Direitos Humanos (NEPEDH), como a promoção de grupos de estudos temáticos, realização de colóquios, palestras e debates, além da participação em fóruns ligados ao tema e ao Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Fan Page do PDH no Facebook

Complementando essas atividades, o PDH administra uma *Fan Page* no *Facebook*, por meio da qual se busca promover os direitos humanos através das redes sociais e, disponibiliza dois programas: o radiofônico - Conduta Cidadã, que, originalmente, vai ao ar pela Rádio Universitária, 870 AM, emissora da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o programa de vídeo - Acesso, ambos voltados à educação em direitos humanos.

Administrada por bolsistas do curso de Direito, desde que entrou no ar no final de 2011, a *Fan Page* do PDH ganhou nova dinâmica com a chegada dos acadêmicos de Comunicação Social/Jornalismo em 2012. Desde então, tem servido com meio de divulgação dos temas relacionados aos direitos humanos, com a função de também promover o programa em si, bem como suas atividades.

Outra função não menos importante que a *Fan Page* do PDH acabou absorvendo foi a da preservação da memória do próprio programa, ao hospedar fotos, vídeos, áudios e textos de relatos das atividades promovidas. Hollós no texto *Preservação e Memória Social*, ao discutir o conceito de memória social, passando pelo debate acerca do conceito de documento e da preservação documental, alerta que, “grande parte da informação produzida nos dias atuais, em praticamente todas as áreas da atividade humana, será perdida e deixará de se constituir como lugar de memória, a menos que sejam desenvolvidos mecanismos de gestão e preservação para conservá-los às gerações futuras” (HOLLÓS, 2010, p. 39).

A afirmação da autora aponta para a necessidade de uma reflexão sobre os mecanismos de preservação da memória dos trabalhos realizados na própria extensão universitária e seus programas, fundamentais à construção de suas identidades e que pode ter na *Internet* um grande aliado. A discussão do uso da rede mundial de computadores como ferramenta de promoção de educação em direitos humanos é outro ponto que demanda um debate teórico mais aprofundado.

[...] as tecnologias de comunicação e informação (TIC) modernas, um dos elementos emblemáticos da Sociedade da Informação, ao mesmo tempo em que possibilitam um fluxo mundial de capital, poder e cultura, favorecem também o surgimento de comunidades que se integram através de fluxos informacionais para atuar em escala global em relação aos problemas de nossa sociedade (SZABÓ, 2010, p. 79).

Alguns números ilustram a relevância da internet e o potencial dessa plataforma comunicacional no processo de consolidação de comunidades virtuais voltadas à promoção da educação em direitos humanos. Conforme a pesquisa brasileira de mídia 2014, realizada

pelo IBOPE, a Internet é o meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros, atrás apenas da televisão. Os dados apontam que um quarto da população do País acessa a rede diariamente, de segunda a sexta-feira, com intensidade média de 3h39 minutos e, 3h49 minutos nos finais de semana. Os usuários estão concentrados na faixa etária de até 25 anos sendo, 77% moradores dos grandes centros urbanos, com renda e escolaridade elevadas.

A maioria dos internautas (84%) acessa a Internet pelo computador. No entanto, o número de usuários que utilizam o celular, hoje em contínuo crescimento, já alcança 40% da população. A pesquisa revela que 68,5% dos entrevistados, utilizam, preferencialmente, as redes sociais durante a semana, número que sobe para 70,8% nos finais de semana.

Quando o assunto é informação, o *Facebook* representa 67,1% dos usuários da rede mundial de computadores e ocupa a segunda colocação entre os mais acessados, com 30,8% na preferência dos jovens. Para se ter noção da sua força hoje, a principal rede social no mundo, com 1,23 bilhão de usuários, no Brasil, 47 milhões de pessoas o acessa todos os dias, basta lembrar que a plataforma está por trás, como fator fundamental à mobilização, da maioria das manifestações sociais recentes no mundo: do *Occupy Wall Street*, nos EUA, passando pela Primavera Árabe, no Oriente Médio, aos protestos pela melhoria dos transporte coletivo realizados no Brasil em 2013.

Pensando nisso, o PDH da PUC Goiás tem utilizado as redes sociais, principalmente o *Facebook*, como canal potencializador da comunicação entre seus membros, a comunidade acadêmica e a sociedade civil. Atualmente, com 837 likes, o perfil do internauta do PDH é constituído de pessoas jovens, sendo 35% da faixa etária entre 18 e 24 anos; 16%, de 25 a 34 anos. A maioria é formada por mulheres (63%).

Em relação à origem, os fãs são predominantemente de Goiânia (607), Aparecida de Goiânia (31), Anápolis (15) e Senador Canedo (7). Também há fãs do Distrito Federal (21), Balsas MT (16) e São Paulo (9). Os fãs, em sua maioria, são de língua portuguesa, 776, seguido do inglês, 28 dos Estados Unidos, 9 do Reino Unido e 4 de língua espanhola (dados disponíveis na *Fan Page Facebook*).

A relevância da *Fan Page* do PDH

Entre as atividades promovidas pelo PDH no primeiro semestre de 2014, destacamos duas para ilustrar a dinâmica de funcionamento de sua *Fan Page* no *Facebook*. No mês de fevereiro, deu-se início à produção de uma série de reportagens sobre os 50 anos do golpe militar, de 1964, o tema foi desencadeado por um debate promovido pelo NEPEDH, no dia 26 daquele mês. Com um total de 47 postagens sobre o assunto, incluindo programetes em áudio, dicas de textos teóricos e filmes sobre o golpe, a *Fan Page* do PDH alcançou uma média de 8 mil visualizações mensais.

Com base na experiência desse trabalho, foi sistematizada, no mês de maio, uma intervenção comunicacional ampla, com o intuito de provocar um debate sobre o alto número de assassinatos relacionados à homofobia no Brasil. O relatório da ONG, Grupo Gay da Bahia (GGB), 2013, apontou um crescimento de 15% no número de assassinatos de gays, lésbicas e travestis nos últimos quatro anos. Em 2013 foram registrado 312 óbitos, com média de uma morte a cada 28 horas, levando o País a figurar como campeão mundial em homicídios desse grupo, revelando a intolerância às diferenças.

A partir desses dados o PDH da PUC Goiás elaborou e desenvolveu, com o apoio da CDEX, a campanha “Viver é um presente. Amar é retribuir”, com o objetivo de provocar a reflexão sobre um problema que atinge as mais variadas esferas da sociedade. A abertura da campanha foi marcada pela mesa redonda “Homofobia no Brasil: quando o preconceito vence o direito à vida”, realizada no dia 05 de maio. A partir daí, o projeto ganhou uma dinâmica por meio da Internet. Em lembrança ao Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia, comemorado no dia 17 de maio, foi elaborada uma série de seis cartazes digitais conceituais, disponibilizados por meio da Fan Page do PDH no Facebook. Também foi produzido um vídeo conceitual, alertando sobre as consequências danosas da intolerância à diversidade sexual, distribuído pela Internet.

Durante a campanha, a página foi visualizada por mais de 20 mil internautas, com destaque para o vídeo e os cartazes, que passaram a ser compartilhados em outras *Fan Pages* em apoio ao projeto. O material em vídeo, feito por acadêmicos do curso de Publicidade e Propaganda da PUC Goiás, voluntários do PDH, alcançando 6.838 visualizações, obteve 48 *likes*, um comentário e 43 compartilhamento, abrindo um potencial de alcance ainda maior ao material.

As matérias referentes à campanha que saíram na imprensa local, compartilhada pelo PDH em sua *Fan Page*, também contaram com boa aceitação, como a reportagem “Ação pelos direitos humanos”, publicada no semanário *Tribuna do Planalto*, no dia 7 de junho, visualizada por 664 pessoas. A boa aceitação da campanha pode ser mensurada pelos comentários feitos na página, de elogio à iniciativa, como o da Assessoria Municipal de Assuntos da Diversidade Sexual de Goiânia. Lê-se na mensagem publicada no dia 23 de maio: “Campanha contra a Homotransfobia lançada pelo Programa de Direitos Humanos da PUC [...]. Um importante avanço para a população LGBT- em Show Da Diversidade”.

Dessa forma, a experiência da *Fan Page* do PDH da PUC Goiás no *Facebook* aponta a urgência das discussões acerca da comunicação e a possibilidade de exploração das redes sociais - tão presente no atual estágio da sociedade - como mecanismos de promoção e efetivação dos direitos humanos, de forma a viabilizar a participação social e política do indivíduo em todas as esferas sociais.

Processo que depende também da garantia do acesso à informação plural, capaz de refletir as várias nuances culturais da vida em sociedade, pois, como lembra Santos (2003), somente por meio do diálogo intercultural será possível efetivar os caminhos que vão permitir a consolidação da dignidade humana.

Daí a ideia defendida pelo PDH da PUC Goiás de apropriação dos espaços midiáticos disponíveis e, nesse caso, a internet ainda é um mar de possibilidades a ser explorado, que possam favorecer uma abordagem mais ampla acerca dos conteúdos relacionados aos direitos humanos.

HUMAN RIGHTS AND SOCIAL NETWORKS

Abstract: from the experience of the Fan Page of the Human Rights Program at the Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PDH/ PUCGO) on Facebook, this article discuss about the use of social networking as a tool to raise awareness of themes that pervade rights human from the perspective of multiculturalism.

Keywords: *Internet. Social Networking. Facebook. Human Rights. Communication.*

Referências

- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Pesquisa Brasileira de Mídia 2014. *Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*, Brasília, fev. 2014. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2014.
- GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. *Relatório Anual sobre homofobia no Brasil*, 2013. Disponível em: www.ggb.org.br. Acesso em: 22 abr. 2014.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- HOLLÓS, Adriana Cox; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Parâmetros de atuação do conservador na área da preservação documental. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; FREIXO, Aurora Leonor; TERSO, Iole Costa; ANDRADE, Ricardo Sodré (Org.) *Cultura, informação e representação digital*. Salvador: Edufba, 2010.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS DA PUC GOIÁS - PDH. Disponível em: <www.facebook.com/pdhpucgo>. Acesso em: 17 de ago. 2014.
- PERLES, João Batista. *Comunicação: conceitos, fundamentos e história*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/-esp/autor>. Acesso em: 19 ago. 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record, 2001.
- SZABÓ, Inácio. Uma abordagem dialética da inteligência coletiva e da informação no ciberespaço. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da.; FREIXO, Aurora Leonor; TERSO, Iole Costa; ANDRADE, Ricardo Sodré (Org.). *Cultura, informação e representação digital*. Salvador: Edufba, 2010.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.